

## O Vulto Nacional sob a Perspectiva da Teoria da História: a figura de Bernardo Sayão como síntese do heroísmo brasileiro (1941-1959)

The National Value from the Perspective of the Theory of History: the figure of Bernardo Sayão as a synthesis of Brazilian heroism (1941-1959)

**Marcelino de Carvalho Santana**

Doutorando em Economia  
Universidade de Brasília (UnB)  
marcelino.carsan@gmail.com

**Recebido em:** 26/04/2022

**Aprovado em:** 08/07/2022

**Resumo:** O presente artigo propõe-se a analisar a construção do heroísmo sobre a figura de Bernardo Sayão. Partiu-se da hipótese de que a própria narrativa, somada às estruturas, nas quais o personagem esteve inserido, contribuiu para a edificação de um perfil que rememora os feitos dos grandes vultos do passado. O heroísmo de Sayão emergiu de uma etapa marcada por profundas transformações nas estruturas do Brasil, assinaladas por projetos como a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), a rodovia Belém-Brasília e a construção de Brasília, os quais impulsionariam o desenvolvimento da nação de modo geral. Tendo como fundamento a teoria da História, a biografia e a análise documental, incluindo discursos proferidos de divisões políticas e de imprensa, além do cruzamento e comparação de dados, buscou-se destacar detalhes do processo de construção desse heroísmo, a autenticidade das ações em torno e os dados de reconhecimento coletivo que atestam a semelhança entre os feitos de Sayão e de outros vultos predecessores.

**Palavras-chave:** Belém-Brasília; Bernardo Sayão; Narrativa.

**Resumen/Abstract:** This article outlines the analysis of the construction of heroism on the figure of Bernardo Sayão. The starting point was that the narrative itself, added to the structures, in which the character was inserted from a profile of the hypothesis of a building that recalls the deeds of the great figures of the past. Sayão's heroism in a stage marked by profound changes in the structures of Brazil, signaling the transformations in the structures of Brazil, signaling the Brasília highway and the construction of Brasília, which qualify the development of the nation of Goiás in general. Based on the theory of history, biography and documental analysis, including proposals for political and printed divisions, in addition to the crossing and comparison of data, we sought to highlight the details of the construction of this heroism, a process of actions around and the collective recognition data that attest to the similarity between Sayão's achievements and other predecessors.

## Introdução

Na vastidão de autores que se aventuraram na escrita da história é possível eleger aqueles que se preocuparam em distinguir a história da biografia (SCHMIDT, 2012). Com base nisso, advertimos que esse artigo constitui uma reflexão acerca da narrativa e da disposição dos fatos como artefatos adotados na construção do heroísmo sobre diferentes personalidades. Nesse sentido, a vida pública do sujeito, sua ocupação, suas concepções e perspectivas em relação ao progresso, constituem os elementos decisivos em implantar uma representação positiva e eficiente no imaginário coletivo.

Compreende-se que a edificação de vultos, da linhagem de Tiradentes, por exemplo, incidiu em um projeto de longo alcance no passado, cujo objetivo maior era instituir uma “ordem” no Brasil, depois de proclamada a sua independência, como forma de unificação para um território que existia enquanto tal, mas subsistia enquanto nação<sup>1</sup> (CAINELLI, 2004; MORAES, 2008). Nesse intento, a atuação de homens e mulheres, em diferentes lugares e épocas, inaugurou uma literatura cívica que almejava não apenas o contexto histórico, mas a vida de seus personagens de forma mais detalhada. Essa é uma característica que circunda a figura do engenheiro Bernardo Sayão, evocada toda vez que o desenvolvimento do Planalto Central do Brasil é colocado no centro do debate público.

Por sua vez, a alcunha póstuma de “bandeirante moderno” decorreu, em termos, do processo tardio de modernização do estado de Goiás, o qual tinha como demanda maior a conexão entre lugares, ambiente preferido de Sayão. Acerca disso, Ricardo (1970) parece disfarçar uma tentativa de dilatar a imagem do “bandeirante”, que, em sua origem, surge como herói regional paulista, a fim de torná-lo herói de toda a pátria e assim conter a insatisfação de São Paulo que, desde a Revolução Constitucionalista de 1932, não via com simpatia a centralização política do governo Vargas. De qualquer maneira, a alcunha rememora personagens como Bartolomeu Bueno da Silva (1647-1740), o “Anhanguera”, juntamente com seu pai homônimo, as quais se mantêm vivas no imaginário popular como atores históricos no processo de formação de Goiás.

De fato, Bernardo Sayão não reconstrói o estereótipo “aventureiro” do bandeirante movido pela cobiça do ouro. Longe disso, seu feito projetista o sagrou como artífice na construção

---

<sup>1</sup> Historicamente, a nação encontra-se vinculada às revoluções burguesas, haja vista que o domínio territorial expressa a vontade soberana do “povo”, termo que assume o sentido político para nação. Cf. MORAES, 2008.

do Brasil moderno, tanto pela via fundiária, através do plano de reforma agrária assentado na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), como pela liberação dos fluxos, a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília. O *locus*, no qual ele se construiu como mártir desse processo, teria sido preparado por vultos como o General José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), cujas ações vislumbravam dinamizar o comércio regional, através da navegação fluvial, ou Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), figura que esteve alinhada à Revolução de 1930 no enfrentamento das velhas oligarquias e no esforço pela modernização do Estado de Goiás (ASSIS, 2018). Além dos vultos que se notabilizaram no Planalto Central, caberia ainda mencionar o Marechal Cândido Rondon e suas proezas pela Bacia Amazônica e Mato Grosso, as quais soavam recentes nos tempos de Sayão.

No que diz respeito à historicidade de sua personalidade, nota-se nele a forte herança da tradição do desbravamento do Brasil, marcada pela forma fatídica, exaustiva, desgastante e perigosa de sua realização. No que infere ao arquétipo, Sayão sintetiza, em seu perfil, a imagem do homem moderno, criativo, inclinado às transformações e disposto a enfrentar a “velha ordem”, a partir de formas mais elaboradas. Concomitantemente, o homem “Bernardo Sayão”, através da representação do indivíduo destemido, atlético, bem afeiçoado, gentil, culto, porém singelo, o qual tratava os seus pares com um decoro pouco visto no perfil do antigo “coronel”, ganha dimensões em uma época em que a bravura de um homem restringia-se à arma que este trazia na cintura ou à sua fortuna.

Por último, a morte repentina em plena lida estabelece o rito “sacrificial” em favor de uma causa coletiva, isto é, daqueles que ansiavam por mudanças eficazes em reduzir as desigualdades regionais do país, forjou em Sayão o mito, ora aclamado por aqueles o viam como um agente do progresso, ora detestado por aqueles que condenavam os projetos, nos quais ele esteve envolvido, como culpados por criar o quadro inaugural do debate acerca do desenvolvimento regional em contraste à preservação do meio ambiente. Com base nessas proposições, justifica-se o levantamento bibliográfico e documental como fundamentação para uma resumida abordagem envolvendo um dos últimos grandes vultos do processo de interiorização do Brasil.

### **A constituição do herói como estratégia de integração da sociedade brasileira**

Dotada de um ardor prosaico e de uma forma romântica de nacionalismo, as primeiras “letras historiográficas” sobre a colonização do Brasil, difundidas, inicialmente, por Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), revelam um típico pacto

entre o conservadorismo e aquilo se convencionou chamar no Brasil de “positivismo”. Apesar das incongruências, ambos são tidos como sistemas de ideias distinguidos por uma obsessiva formulação de princípios gerais. Ao conservadorismo, presente no Brasil desde a sua formação, interessava a manutenção do aspecto heroico do colonizador europeu, enquanto que esse “positivismo eclético”, mais atuante durante as décadas que antecederam e sucederam a Primeira República, idealizava a possibilidade de se listar outros “padrões”, com os quais a coletividade estaria habituada, mas que, no entanto, a diversidade da experiência histórica tendia a ocultar (BARROS, 2011).

Com relação aos primeiros vultos, capturados por essa escrita, sobressalta – em quase todos – uma combinação de rusticidade e personalidade dúbia. A efígie do “pai histórico” ou do “Adão sem culpa<sup>2</sup>” repousa sobre as primeiras individualidades, a exemplo de Diogo Álvares Correia<sup>3</sup> (1475-1557) e João Ramalho Maldonado<sup>4</sup> (1493-1580), protagonistas de uma trama de aproximação entre colonizador e colonizado, cuja atuação abriria caminho para a fundação de uma dinastia mameluca. Paralelo à imagem do português, que na concepção eurocêntrica da história era tido como branco, o mameluco<sup>5</sup> foi, em seguida, associado à figura do “bandeirante”, na pretensão de forjar neste uma ancestralidade. Assim, o adjetivo “velho” passou a acompanhar o nome de muitos deles, a exemplo de Francisco Dias Velho (1622-1677), Domingos Jorge Velho (1641-1701) entre outros, cuja atuação foi prestigiada em virtude da audácia e aptidão persuasiva diante dos nativos (RICARDO, 1928).

Ainda que inovador, sob o ponto de vista metodológico, Varnhagen (2020) havia se revelado hostil ao “estado selvagem” dos indígenas, buscando romper as vinculações entre o presente e o passado nativo do Brasil. Para ele, o “português”, que não havia degenerado a sua filiação galego-asturiana, nem corrompido o valor de suas articulações latinas, deveria manter-se como “cabeça” nesse processo. Em contrapartida, devido ao nível de “degeneração” em que se achavam os nativos, o futuro da nação não poderia ter suas raízes fincadas no *ethos* original, mas naquele estabelecido com

---

<sup>2</sup> Expressão descrita por José de Santa Rita Durão em seu poema “Caramuru”, de 1781. Cf. DURÃO, 2003.

<sup>3</sup> Popularizado como “Caramuru” (tupi: *karamu’ru*, moreia), o apelido relaciona-se com a forma com que esse naufrago supostamente teria sido encontrado em meio aos recifes na praia. Sabe-se que conviveu com os Tupinambás desde que pisou em terras brasileiras, casando-se com a filha de um cacique. Cf. GUARACY, 2015, p. 29-35.

<sup>4</sup> Vulgo “Piratininga” (tupi: *pirá*, peixe *tinga*, seco), cuja história se assemelha à de “Caramuru”. No entanto, as motivações para a sua vinda para o Brasil são desconhecidas. Com base nos relatos do frei jesuíta Gaspar da Madre de Deus, sabe-se apenas que conviveu com as etnias Tupiniquins, tornando-se amigo do cacique “Tibiricá” e que teria se casado com a filha de outro cacique. Cf. *Ibidem*, op. cit., p. 29-35

<sup>5</sup> Mameluco (árabe: *mamlúk*, escravo ou criado) é um eufemismo para o elemento obtido do cruzamento entre indígenas e europeus. Os portugueses já haviam se mestiçado antes da conquista do Brasil, a partir de suas relações com mouros e africanos. Cf. FREYRE, 2006, p.56-164.

o desbravamento, conservando-se assim o vínculo com a “pátria-mãe”. Não obstante, a memória nativa limitar-se-ia à ficção, tal como se observa na extensa literatura nacional, sendo vista como “anti-modelo” para se pensar o futuro da nação.

No âmago da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, já se observava um esforço em prol de um estereótipo de herói para a nação. Tal personagem descenderia das camadas abastadas, possuiria uma genealogia “pura”, conforme a sugestão de Varnhagen, e teria estimável erudição. O intuito era oferecer uma historiografia ao gosto das elites nacionais, detentoras do poder de decisão e do controle dos aparelhos de repressão. Além disso, buscava-se também unir a sociedade em torno de uma concepção única da história, neutralizando assim os potenciais levantes separatistas, oriundos do recente processo de independência no Brasil (CARVALHO, 1990).

Desde então, a construção dos vultos nacionais se viu caracterizada pelo desafio de reunir, em um único perfil: requinte das elites e afabilidade das camadas populares. Apesar de não explicar, esse procedimento abre uma hipótese para a causa da anulação ou negatização do protagonismo de alguns vultos surgidos em períodos anteriores. Presume-se que notáveis como Potiguaçu<sup>6</sup> (±1600-1648), Henrique Dias<sup>7</sup> (?-1662) e Zumbi dos Palmares (1655-1695) tenham sido rejeitados em razão de suas características fenotípicas, ou seja, o fato de serem negros e/ou indígenas teria os privado de quaisquer prestígios, em uma época dominada pela “teoria das raças” e pela eugenia.

Taunay (1922), em compilação encomendada pelo Museu Paulista, apresenta 32 vultos da independência, dos quais somente três descendem de famílias não abastadas, sendo duas mulheres, a abadessa Joanna Angélica de Jesus (1761 -1822), morta após ter o peito perfurado por uma baioneta, às portas do Convento da Lapa na Bahia, onde residia, e Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1792-1853), que havia lutado corajosamente durante a guerra pela independência, numa época em que as mulheres eram praticamente anuladas da vida social. Para alistar-se às tropas baianas, Maria Quitéria trajava-se de homem, adotando o pseudônimo de “José Maria”. O terceiro listado havia sido Antônio Pereira Rebouças (1798-1880), filho de pais escravizados, lembrado como o pai de André Rebouças (1838-1898), um dos mais importantes abolicionistas.

---

<sup>6</sup> Antônio Filipe Camarão (tupi: *potĩ*, o camarão; *guaçu*, grande) ou apenas “Poti”, líder da etnia *potiguar* que se destacou como o primeiro indígena a se tornar fidalgo e por ter organizado uma frente de resistência contra as tropas de Maurício de Nassau na Batalha dos Guararapes (1648). Nota do autor.

<sup>7</sup> Outro herói da Batalha dos Guararapes que, mesmo gravemente ferido na mão esquerda, havia sido decisivo na vitória brasileira. A *Lei Federal nº 12.701*, de 2012, reconheceu Henrique Dias, Filipe Camarão, André Vidal de Negreiros e Fernandes Vieira como Heróis da Pátria. Nota do autor.

Conforme dito, as primeiras escritas historiográficas oficiais haviam se inspirado no *ethos* do desbravamento, tendo, uma parte dos autores, adotado a “convivência” como recurso metodológico. Von Martius, enquanto representante dessa escola, aconselhava os historiadores de sua época a viajar pelas regiões a fim de adquirir uma visão panorâmica do território, a qual fosse eficaz em orientar o imperador, visto por ele como figura central da narrativa, em suas tomadas de decisão.

Logo cedo, Von Martius havia compreendido que, pelo fato de se tratar de um território de dimensões continentais, o Brasil sustentava profundas diferenças regionais, as quais variavam entre as distintas paisagens naturais, os diferentes povos, as inúmeras paixões e, por conseguinte, as novas demandas (REIS, 2003). Deste modo, a tarefa inicial do historiador incidiria em reunir tais elementos heterogêneos para que, a partir destes, se formulasse uma síntese que fosse capaz de promover a superação dos estereótipos e preconceitos que distanciavam as regiões entre si. Por sua vez, essa síntese implicaria no diálogo, entre as interpretações vigentes, mediado pela reciprocidade do “reconhecimento” e da “contrastação” (REIS, 2003). Por último, para que fosse oficializada, tal interpretação careceria de uma porção estimável de nacionalismo, de modo a dissipar a desconfiança das populações regionais, evitando-se, desta forma, as agitações que pusessem em risco a integridade do território e a estabilidade do império.

Esta forma de lidar com a questão territorial, propalada através dos escritos do IHGB, foi absorvida pelas autoridades nacionais, tornando-se parte constituinte da política sustentada durante o Segundo Império e, em parte, na Primeira República. Por mais árdua que se revelasse essa tarefa, o anseio por uma história nacional, capaz de legitimar o poder do governante, já estava prenunciado nas origens do IHGB. Sua proposta fundante consistia em recuperar do passado as referências luso-brasileiras adequadas, a saber, os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e pelas qualidades (REIS, 2003). De modo geral, o objetivo era fazer da história nacional um memorial dos antepassados lusitanos, tornando-os modelos para as futuras gerações.

Com a Proclamação da República em 1889, novos ideais foram sendo acrescentados à escrita histórica, desta vez, advindos das três ideologias influentes do período: o liberalismo, o jacobinismo e o “positivismo”. O “positivismo” havia se revelado o mais ousado em seu ideário civilista de alcançar o imaginário coletivo, a fim de recriá-lo dentro de uma redoma de valores e princípios republicanos (CARVALHO, 1990). Sua noção de “civilização”, recuperada da colonização, concebia as três raças, todavia, privilegiando as classes abastadas (brancas). Tal prerrogativa visava conduzir uma sociedade

diversa, cuja integração estaria alvitrada na esperança de um ideal coletivo de emancipação, isto é, oferecido a todos os indivíduos, porém com efetividade para poucos (MICELI, 1994).

Essa busca por novos valores foi intensificada a partir das missões de desbravamento no final do século XIX em diante, a começar pela Missão Cruls, em 1892, pelas expedições chefiadas pelo Marechal<sup>8</sup> Rondon, ícone central dessa etapa, ou pela expedição Roncador-Xingu, conduzida, inicialmente, pelo Coronel Flaviano de Mattos Vanique e, em seguida, pelos irmãos Cláudio e Orlando Villas-Bôas. Essas ações estiveram incumbidas de sondar as regiões “desconhecidas” do território (Planalto Central e Amazônia), cujas informações oficiais remanesciam dos itinerários dos viajantes naturalistas estrangeiros, sendo incrementadas por especulações oriundas do senso comum.

Além disso, o “velho espírito do desbravador” via-se revitalizado, uma vez que as próprias condições naturais, como o difícil acesso por caminhos longínquos e tortuosos, em condições de risco, tanto pelas epidemias como pelos potenciais conflitos com os indígenas, contribuiria para a construção do heroísmo sobre diferentes espíritos (REIS, 2003). Há que se dizer que as primeiras orientações do IHGB, sugeridas no passado por Von Martius, em relação ao “fazer historiográfico”, não estiveram deslocadas dos rumos tomados pelos governantes ao longo desta etapa. Deste modo, a escrita histórica esteve associada à prática de pesquisa, gênero literário ou forma de registro de processos e acontecimentos, distinta da História contemporânea, vinculada a uma dimensão teórica, a qual reivindica a cientificidade de sua interpretação dos fatos (BARROS, 2011).

Ao historiador, narrar uma história não é revivê-la, mas incide em uma operação cognitiva, a qual exigirá uma teorização (REIS, 2012). Trata-se de uma análise dentro de um tempo histórico – sobre o qual serão erguidas as personalidades, conforme será tratado mais adiante – e do caráter heroico procedente da forma de narrativa dos fatos. Com relação a isso, o Brasil não foge à regra no que tange à busca pelo aprimoramento de sua narrativa, oferecendo-lhe um aspecto cada vez mais triunfante. Por conseguinte, o que caracteriza essa narrativa é a abertura para a sua reescrita, fator que admite a gestação de personagens-chave, imprescindíveis à manutenção das relações de poder.

---

<sup>8</sup> Cândido Mariano da Silva Rondon, nasceu em 5 de maio de 1865, em Santo Antônio de Levinger, na Província do Mato Grosso, falecendo em 19 de janeiro de 1958 na cidade do Rio de Janeiro. Foi um coronel reformado do Exército Brasileiro, cujo título de “marechal”, cedido pelo Congresso Nacional em 1955, era apenas honorário, em homenagem aos seus 90 anos. Contudo, o ícone ficou eternizado com essa nomenclatura, nisso se justifica o seu uso generalizado ao longo da redação. Nota do autor



Apesar de concreto, indiferente das interpretações, não é sempre que ocorre a possibilidade de interpretação definitiva do fato histórico. Implícito aos novos métodos de escrita histórica e tendo a cultura como um de seus elementos constituintes, o relativismo cultural oferece possibilidades para essas distintas interpretações e releituras (BURKE, 2012). Mesmo diante de críticas, essa perspectiva apresenta, como fator positivo, a possibilidade de se distinguir entre o que é “central”, ou seja, que detém solidez, e o que é “transitório” na História, permitindo compreender a razão, pela qual, alguns aspectos são mantidos, entre um fato e outro, enquanto que outros se dissipam completamente.

Na narrativa envolvendo a figura de Bernardo Sayão, por exemplo, a imagem do bandeirante é recuperada em uma versão mais sofisticada do que as que aparecem em períodos anteriores. Pode-se dizer que o aspecto “bandeirantista” de sua saga obedecia à dinâmica inovadora da missão a ele confiada. Ricardo (1970) havia situado a qualidade do bandeirante em sua habilidade em conectar os diferentes tipos presentes no interior Brasil. Assim também, ao empregar a força de trabalho advinda dos mais diferentes lugares, Sayão, pôde garantir a eficácia capaz de assegurar a efetivação de seus projetos. Durante o período em que esteve à frente da CANG, Sayão já assumia uma posição de centralidade, haja vista que o próprio projeto o colocava nesta condição, ao reunir pessoas vindas de diferentes partes do território nacional:

[...] o plano das Colônias Agrícolas era fundar essas grandes fazendas a fim de que elas atuassem como um ímã sobre as chamadas populações pseudonômades do interior — na realidade gente sem nenhum peso econômico, sem nenhuma oportunidade, e que flutua pelo país numa vida de felá<sup>9</sup> (CALLADO, 1959, p. 20-23).

A morte precoce, em plena vitalidade expansiva, alude ao sacrifício presente em vultos que o antecederam, a exemplo do próprio presidente Vargas, seu contemporâneo, ou de Tiradentes, em um período mais remoto. Ainda que se afirme que a morte tenha sido categórica na criação do mito, é possível antecipar o seu heroísmo no embate incidido contra a “velha ordem” estabelecida. Tal fato teria provocado a fúria da ala “rotineira”, caso contrário Sayão não teria sido demitido da CANG e constrangido, por meio das comissões de inquérito, a deixar Goiás após ter acumulado inumeráveis processos administrativos intermediados por seus desafetos políticos (PASSOS, 2013).

Nota-se ainda que, embora a conduta anti-burocrática fosse apreciada pelos seus pares, como algo que primava pela rapidez na execução das tarefas, não se deve ignorar a apatia de Sayão em

---

<sup>9</sup> O mesmo que camponês.



relação ao contexto político. É possível que essa entrega plena ao cargo somada às constantes fugas, em relação aos compromissos na capital do país (Rio de Janeiro), tenha-o impedido de perceber o levante dos partidos políticos pelas regiões, sem a intervenção do governo federal, fato que colocaria em risco os projetos idealizados por Vargas, a exemplo da CANG (PASSOS, 2013).

A despeito da presença retórica, conforme observada nos relatos, a narrativa da saga de Sayão não se vale da ficção, em vez disso, as “linhas de falha” de suas ações provêm da ausência de malícia na lida com o mundo à sua volta. Assim, esse quadro pode ser, simultaneamente, “negativado” como *déficit* de estratégia, ou “positivado” como despreensão em relação aos interesses políticos. De modo geral, não há, em suas ações, lacunas instáveis a serem preenchidas por conteúdo extraoficial, tal como ocorre na literatura sobre Tiradentes<sup>10</sup>, haja vista que, diferentemente do inconfidente, Sayão foi assistido e documentado ao longo de toda sua trajetória.

Na abordagem proveniente da *Nouvelle Histoire*, considera-se o caráter filosófico, sociológico, econômico, político e cultural dos fatos, outrora narrados de modo meramente descritivos. Ao fazer referência a alguns de seus predecessores<sup>11</sup> Bloch (2002), ressalta que, ao longo da investigação do passado, encontrar o homem, em seu respectivo tempo histórico, é a tarefa elementar do historiador. Não se trata apenas de uma descrição biográfica, mas do resgate da atmosfera da qual respira o personagem investigado. Logo, é fundamental que a vida do biografado esteja vinculada ao contexto externo, caso contrário, tornar-se-á, essa história, uma narrativa constituída de simples sequência cronológica dos fatos, sem proeminência científica.

É certo que a História não se ocupa de um único objeto, antes, estabelece elementos comuns a quaisquer objetos, desde que se relacionem com o seu lugar no passado. Conforme Cardoso (1981) o objeto da História, que ele chama de “anterior”, corresponde a tudo aquilo que antecede algo, o que implica na diferenciação entre história e memória. Com relação à “memória”, nem sempre o objeto estará preso ao passado, na maioria das vezes ele se situa no tempo presente, fator que vinculará o seu alcance ao nível da capacidade que uma determinada sociedade tem de manter vivas suas diferentes lembranças. O fato de Bernardo Sayão ter sido narrado em seu tempo, como parte da “memória” coletiva vigente, *per se*, exigiria o resgate de elementos oriundos da “história”, a exemplo

---

<sup>10</sup> Joaquim Norberto de Souza Silva em “História da Conjuração Mineira”, de 1873, denunciou a conversão do “ardor político” do inconfidente em “fervor religioso” pelo sistema. Cf. CARVALHO, 1990, p. 55-73.

<sup>11</sup> Jules Michelet (1798-1874) e Fustel de Coulanges (1830-1889).

do “bandeirante”, como condição a conferir-lhe uma forma ordenada e coerente com esse tempo e com ambiente em que se deram os fatos (MOTTA, 2012).

De acordo com Motta, (2012), a memória estabelece uma linha reta com o passado, a qual é nutrida por lembranças vagas, incongruentes e pouco reflexivas em relação às fontes capazes de embasá-las, mas que devem ser consideradas na descrição do fato. Cardoso (1981) destaca que Varnhagen, em sua obra “História Geral do Brasil”, de 1870, já havia traçado procedimentos para separar os fatos anteriores (história) dos posteriores (memória) à Independência do Brasil, numa época em que tal preocupação não ocupava lugar central na atividade historiográfica.

Outro fenômeno, intrínseco à análise dos fatos, manifesta-se a partir de informações que induzem o observador à sensação de repetição ou de rememoração. Uma hipótese para isso estaria nas motivações humanas, a saber, as necessidades, as paixões, os interesses, as qualidades, os talentos entre outras, das quais decorre o fato histórico e que são comuns a todos os indivíduos<sup>12</sup>. Não obstante, a dramaticidade, presente na narrativa, procede dos objetivos universais, tais como benevolência (nobre patriotismo) e virtude, tidos como “aperitivos” dentro do quadro de possibilidades da História (HEGEL, 2001). Por último, a conservação da memória coletiva permitirá que, com certa frequência, os fatos apresentem similaridade entre si, quer seja como valorização das representações do imaginário social coletivo ou como usos políticos do passado pelo presente.

Como exemplo, a Inconfidência Mineira (1789-1792) havia adotado formas e conteúdos análogos aos que estiveram presentes na Revolução Francesa (1789-1799). Por ora, essas formas e conteúdos teriam procedido do paradigma iluminista, no qual os dois episódios encontravam-se situados. Maxwell (2001) aborda a Inconfidência Mineira como parte da história, como produto de seu tempo, a saber, a segunda metade do século XVIII, que assistiu as muitas discussões de tentativas de reforma imperial. Nesse sentido, Brasil e França teriam se servido da “crise do antigo regime” para conduzir seus feitos, conforme as suas possibilidades. Assim, conclui-se que as semelhanças (rememorações) assinaladas entre a Inconfidência Mineira e a Revolução Francesa, não decorreram de meras imagens projetadas do passado, haja vista que os eventos são contemporâneos entre si, mas do efeito que as forças sociais produziram sobre a presente época referida (MOTTA, 2012).

---

<sup>12</sup> Marx retirou dessa transcrição a suntuosa frase: “em alguma passagem de suas obras, Hegel comenta que todos os grandes fatos e todos os grandes personagens da história mundial são encenados, por assim dizer, duas vezes. Ele se esqueceu de acrescentar: a primeira vez como tragédia, a segunda como farsa”. Cf. MARX, 2011, p. 9.

De acordo com Reis (2003), a construção dos “varões preclaros” tornou-se uma exigência na historiografia nacionalista brasileira, diligenciada por interesses políticos desde os seus primórdios. Por sua vez, Pereira (2015) aponta que, com o aparecimento da “Nova História Política”, no último quartel do século XX, houve uma retomada dos escritos biográficos, esse processo reconduziu o indivíduo ao seu papel de sujeito histórico, revitalizando o seu uso político. Assim, tornar-se-á necessário atentar-se para certos critérios na utilização das biografias e/ou das chamadas “histórias de vida”, haja vista que são, com certa frequência, desqualificadas como sendo “noções do senso comum”, aparecendo como contrabando no universo científico<sup>13</sup> (BOURDIEU, 2006).

Embora se tenha escolhido o campo da “escrita da História” para refletir acerca do vulto Bernardo Sayão, o contato com a sua biografia, ainda que de forma parcial, tornar-se-á inevitável. Igualmente, a adaptação desse material, a fim de torná-lo apto, enquanto fonte histórica, constitui um desafio tão intrincado quanto o próprio trabalho do biógrafo, sobretudo, quando este detém vínculos com o biografado, fator que exigirá uma filtragem desse conteúdo.

Conforme havia dito Bloch (2002), por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, ou seja, os artefatos ou as máquinas, por trás dos escritos aparentemente mais insulsos e das instituições visivelmente mais desconexas daqueles que as criaram, são os homens que a história pretende capturar. É justamente obre os ombros destes homens, a exemplo de Bernardo Sayão, que recai a responsabilidade pelas alterações ratificadas no tempo e no espaço.

### **Repetições e memórias: Bernardo Sayão como síntese do heroísmo nacional**

Bernardo Sayão de Carvalho Araújo nasceu em 18 de junho de 1901 na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Formou-se engenheiro-agrônomo pela Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz em Piracicaba/SP no ano de 1923. Do primeiro matrimônio, com Lygia Mendes Pimentel, nasceram Laís e Léa. Após o falecimento de Lygia, Sayão desposa de Hilda Fontenele Cabral, com quem teve mais quatro filhos: Fernando, Bernardo, Lia e Lilian. Nascido em berço estruturado, Sayão viveu sua infância em uma grande propriedade situada em uma colina na região da floresta da Tijuca. Seu pai,

---

<sup>13</sup> Um exemplo é a biografia escrita por sua filha Léa Sayão (1927-2011). Apesar de apaixonado, o livro é enriquecido de informações de caráter íntimo-familiar, além do fato da autora ter acompanhado a trajetória do biografado como testemunha ocular. A obra pode ainda ser classificada como uma história “vívica”, mas não história “pensável”. A história vívica busca restaurar um esquecimento e encontrar os homens através dos traços que eles deixaram. Quando se trata de trabalhos produzidos por personagens que viveram o fato, estes são conceituados como relatos. Em contrapartida, a história pensável, conduzida pelo confronto de séries e informações, leva o historiador às hipóteses metodológicas de seu trabalho. Cf. CERTEAU, 1982, p. 40-50.

João Carvalho de Araújo, trabalhou durante muitos anos na Estrada de Ferro Central do Brasil, de onde teria ouvido as primeiras histórias envolvendo a conexão entre as regiões do país.

Na década de 1930, Luís Simões Lopes (1903-1994), engenheiro-agrônomo nomeado diretor do Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP) o recomendaria ao presidente Getúlio Vargas, para integrar o Ministério da Agricultura. Após ocupar diferentes funções no órgão, Sayão foi nomeado administrador da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), projeto de reforma agrária a compor a “Marcha para o Oeste” durante o Estado Novo (1937-1945). Deste modo, sua trajetória, à frente de projetos nacionais de desenvolvimento, pode ser dividida em duas etapas, iniciando-se no primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945), interrompendo-se no final do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e retornando junto às eleições que sagraram Juscelino Kubistchek presidente da República (1956-1961) e José Ludovico de Almeida governador de Goiás, tendo como vice o próprio Bernardo Sayão. De 1941<sup>14</sup> a 1950<sup>15</sup>, Sayão esteve à frente da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), enquanto que, de 1955 a 1959, foi diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), departamento responsável pela abertura da rodovia Belém-Brasília.

Sayão (1984) rememora o gênio descontraído e informal de seu pai à frente da CANG, o qual não se reprimia em apelidar de “Zé Toco” um colono portador de um membro mutilado, tampouco de “Zé Ximbica” o proprietário de um veículo velho. Apesar de politicamente incorreta, para os dias atuais, essa forma de abordagem era corriqueira entre seus pares, atuando como um “fio condutor” de aproximação, numa época em que as regras de convívio eram sancionadas pela anuência de cada partícipe, indiferente se esse consentimento procedesse do grau de instrução, de alguma forma de intimidação ou da inibição do interlocutor.

A abordagem envolvendo a figura de Sayão, assim como a comparação de suas ações com as de outros vultos emergidos do processo de modernização do Brasil, suscita no observador a sensação de reprise da história. Seus feitos confundem-se com os de outras personalidades já consagradas pela aventura propiciada pela expansão das fronteiras do país. De acordo com Cardoso e Brignoli (1983)

---

<sup>14</sup> Nomeado em, 1941, administrador em comissão da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (sede Provisória em Anápolis), por Decreto de 12.3., de acordo com o Art. 14, item 11 do Decreto-lei 1713 de 28.10 (cargo criado pelo Decreto-lei 3071, D.O. de 14.3.41). Ainda em 1941 foi designado pela Portaria nº 321 de 21.7.941, para fazer parte da Comissão que deverá escolher o local da sede da Colônia Agrícola Nacional de Goiás. Cf. *Revista Brasília*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, p. 51-67, jan. 1959, p. 3.

<sup>15</sup> Por Decreto de 28.11.1950, exonerado do cargo em comissão de Administrador da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, D.O.30.11. Cf. *Ibidem*, op. cit.

sempre é possível encontrar informações já ratificadas em eventos passados. São muitos os exemplos disso na história nacional, a saber, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – CGG (1886-1931), um projeto genuinamente norteado pela proposta de ruptura das fronteiras do país, recuperou parte dos métodos oriundos de sua antecessora, a Comissão Geológica do Império do Brasil (1875-1878). Igualmente, a construção da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – CEFNOB (1906) compartilha das mesmas dificuldades com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912), sobretudo no que diz respeito às condições nosológicas, as quais abriram caminhos para o avanço da ciência, através de figuras como Oswaldo Cruz (1872-1917) e Arthur Neiva (1880-1843), mas também pelo conflito com as etnias indígenas, o qual elevaria o número de mortos no caso da CEFNOB (GHIRARDELLO, 2002). Cabe dizer que a “Questão do Acre” corroborou a construção do vulto sobre a pessoa de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o “Barão do Rio Branco”, na medida em que este, por meio do Tratado de Petrópolis, de 1903, pôde evitar a extensão do conflito entre brasileiros e bolivianos pela região (GONÇALVES, 2018).

Conforme Rohther (2019), enquanto componente da “Marcha para o Oeste”, a Expedição Roncador-Xingu ostentava posições que já eram defendidas pelo Marechal Rondon, a exemplo do lema: “morrer se preciso for, matar nunca”. Outro exemplo está na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas – CLTEMTA (1907-1915), cujo objetivo era estender a comunicação da capital Rio de Janeiro até as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. Além da ligação telegráfica, a missão médico-militar, com todas as dificuldades já alistadas, forjaria o heroísmo na pessoa do Marechal Rondon (PEREIRA, 2018).

Todavia, se por um lado o “telégrafo” foi tido como símbolo de integração na expedição de Rondon, por outro, a “estrada” cumpriria essa função na trajetória de Sayão, visto que, conforme avançava, ela conectava pessoas e lugares, revitalizando as cidades, ressignificando os espaços e ratificando a importância das populações em torno de um projeto nacional. Pode-se dizer que Sayão e Rondon partilham da condição de vultos do processo de integração do Brasil, considerando que até o final da Primeira Guerra Mundial não se falava em interiorização como ação expansionista voltada para a integração das regiões brasileiras, mas apenas como forma de afastar a sede administrativa do litoral por questões preventivas (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 2012).

Observa-se que a questão envolvendo a integração do país esteve em pauta em ambos os eventos. No âmbito da abertura da rodovia Belém-Brasília, ligando Brasília (em projeto) à região

amazônica, almejava-se liberar o escoamento da produção regional e integrar o mercado interno, enquanto que a CLTEMTA tinha, como proposta, expandir a rede de comunicação do Sudeste até as regiões limítrofes do Noroeste. Apesar de a integração estar presente na primeira etapa da telegrafia, datada de 1852, a intenção principal desta fase era vigiar o território, visando combater o tráfico negreiro, após a sua proibição pela promulgação da Lei Eusébio de Queiroz de 1850:

Com o fim do tráfico negreiro, o telégrafo perdeu seu principal mote de existência, e não foi substituído por outro. Isto porque o telégrafo não foi percebido como um efetivo instrumento de comunicação. Sua imagem foi marcada muito mais como um dispendioso experimento de física. Sem uma finalidade explícita, o telégrafo caiu no ostracismo de um serviço público sem função (SILVA, 2011, p. 51).

Chama a atenção o fato de o telégrafo confirmar-se como signo do progresso numa época em que essa tecnologia se encontrava com pelo menos quarenta anos de obsolescência (ROHTER, 2013). A princípio, a explicação para isso não é encontrada no custo entre telefonia, já presente no Brasil, e telegrafia, haja vista que tanto uma como a outra detinham despesas elevadas. De qualquer forma, a experiência com essas linhas telegráficas, obsoletas ou não, parece ter moldado o caráter de Rondon, abrandando dele a imagem do “militar” – tão cultuada no Brasil como fator predominante no panteão dos heróis da república – realçando o seu “espírito científico” (PEREIRA, 2018).

Acerca do perfil de Sayão, dois relatos chamam a atenção pela forma espontânea com que foram registrados: o do romancista luso-estadunidense John dos Passos<sup>16</sup> (1889-1970) e o do escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, Antônio Callado<sup>17</sup> (1917-1997). Passos (2013), a partir do seu encontro com Sayão em Ceres/GO, no ano de 1948, destacou nele um sujeito obcecado pelo seu ofício. Segundo relata, apesar de instruído, Sayão era descomplicado quanto ao uso das palavras, proferindo-as em tom despreocupado e agradável. Impressionava ainda o seu conhecimento sobre o projeto da CANG, sua capacidade administrativa e o fato dos burocratas não terem valorizado um homem que trabalhava incansavelmente por prazer, ao ponto de processá-lo por gerir os recursos com base nas prioridades que ele havia traçado.

---

<sup>16</sup> John dos Passos se interessou pela história de Sayão após ter lido um artigo de 1947, publicado na revista americana *Time* pelo jornalista brasileiro Hernane Tavares de Sá. Posterior a isso ele escreveria outro artigo sobre Sayão, publicado como folha de rosto pela também americana *Life*. Bernardo Sayão: GONDIM, 1959, p. 100-101.

<sup>17</sup> Escritor e jornalista designado pelo secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjöld, para o cargo de subsecretário com a função de chefiar o Departamento de Informações Públicas da organização mundial. Foi o primeiro brasileiro a ocupar o cargo desde a fundação da ONU. Cf. SAYÃO, 1984, p. 247.

Entre as acusações advindas de seus desafetos, destaca-se um desvio de verbas enviadas pelo governo federal para bancar a construção de uma ponte de alvenaria sobre o rio das Almas. Julgando ser uma prioridade, Sayão teria empregado tal verba na abertura de uma estrada, priorizando o escoamento da produção da colônia. Assim, a travessia do rio, dando acesso ao que seria, na época, a cidade de Rialma/GO, permaneceu sendo feita através de uma ponte flutuante improvisada com tambores de combustível atados uns aos outros (PASSOS, 2013). Essa atitude ousada de Sayão, em relação aos poderes superiores, não se encontra deslocada da imagem do herói moderno, a qual não o isenta da possibilidade de transgredir as normas sociais em favor de ideais que só se realizariam no futuro, atributo que se vincula à noção de progresso, tão cara à modernidade (SCHMIDT, 2012). Desse ponto de vista, o suposto “desvio de verbas” enquadra-se nesse tipo de transgressão, a qual teria custado o cargo de Sayão, interrompendo, deste modo, o projeto da CANG.



**Figura 1. Bernardo Sayão em suas diferentes facetas<sup>18</sup>**



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Sayão (19894); Gondim (1959); Revista Brasília (1959); <https://www.noticiadafoto.com.br/2016/02/fotos-historicas-da-construcao-da-br.html?m=1> <https://www.google.com/amp/s/www.agenciabrasilia.df.gov.br/2019/07/04/bernardo-sayao-um-heroi-do-cerrado/%3famp=1>

Além de ressaltar a integridade de Sayão, Callado (1959) destaca uma dualidade em torno de sua imagem, na qual, ao mesmo tempo em que era adorado na colônia, era igualmente execrado na capital. Destacou entre os seus atributos o espírito “conciliador”, em ocasiões de conflitos conjugais; o “conselheiro justo” e, o mais emblemático deles, o “sujeito desapegado”, o qual poderia ter erguido um império para si, no entanto preferiu se realizar exercendo o ofício que mais gostava, morrendo pobre sem deixar herança aos filhos (CALLADO, 1959).

<sup>18</sup> 1. O jovem estudante e remador; 2. Chefe da CANG em mergulho no Rio das Almas; 3. Inauguração da ponte sobre o Rio das Almas; 4. Vice-governador de Goiás; 5. Café com o presidente JK; 6. Diretor da Novacap; 7. Encomendando mantimentos para os trabalhadores ao exército; 8. Acompanhando a derrubada de uma árvore; 9. Orientando a abertura da estrada; 10. Buscando novos trabalhadores de avião; 11. Em seu cortejo fúnebre com JK e Israel Pinheiro à frente.

Por outro lado, Rohter (2019), que via no Marechal Rondon o maior explorador dos trópicos de toda a história, destacou neste o perfil descontraído e o paternalismo em relação aos indígenas, institucionalizado no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), contra a investida de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e seringueiros que cobiçavam suas terras. É presumível que esse apego tenha relação com sua ascendência vinda dos povos *guainá, terena e bororo*. (PEREIRA, 2018).

No que tange à aventura, o Marechal Rondon esteve exposto às mais atribuladas condições nosológicas, ou seja, às diversas epidemias, além de ter, por inúmeras vezes, se lançado à subida pelos traiçoeiros rios Madeira e rio da Dúvida. Em contrapartida, a navegação não constava no itinerário de Sayão. Nesse ambiente, as figuras mais destacadas haviam sido o cabo Thomaz de Souza Villa Real, no final do século XVIII, e a do General José Vieira de Couto Magalhães, presidente da Província de Goiás por entre os anos de 1863 e 1864. Nos tempos de Sayão, o antigo projeto de navegação pelos rios Tocantins e Araguaia já não ocupava o interesse das autoridades, ao passo que se dissipava do imaginário coletivo. Porém, mesmo isento da aventura náutica, não é cabível afirmar que o desbravamento, por via terrestre, tenha sido menos arriscado do que foram as experiências referidas, haja vista a morte de Sayão em pleno curso desse processo.

O espírito aventureiro constitui um fator imprescindível na trajetória dos grandes vultos. Em contrapartida, Miceli (1994) aponta elementos contraditórios na história daquele que é considerado o principal herói nacional brasileiro, a saber, Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes” (1746-1792). A princípio, tais contradições não o desqualificam em relação à sua acuidade e significado histórico, conforme revelou a sua pesquisa amostral. Todavia, abrem caminho para situar elementos forjados em sua personalidade, como método para se preencher páginas herméticas de sua vida, sobre as quais pouco se sabe. Nesse intento, destaca-se a associação de sua imagem à de Cristo, que se observa tanto em termos estéticos como na conotação simbólica de seu sacrifício, certamente a fórmula mais decisiva em produzir efeitos subliminares de identificação coletiva no Brasil.

Para Cainelli (2004), o uso da simbologia do Cristo, em um país caracterizado pela profunda religiosidade de seu povo, faz com que a distância temporal, entre esse povo e o vulto aludido, seja encurtada, ofuscando os elementos contraditórios de sua vida e facilitando a projeção de sua figura heroica. Não obstante, Carvalho (1990) chama a atenção para o fator geográfico que pode ter sido decisivo para o triunfo de Tiradentes como herói nacional, haja vista que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais haviam sido as três capitânicas pelas quais ele havia lutado pela independência.

Não menos sedutora é a imagem do bandeirante, frequentemente associada à figura de Sayão. Tal associação emana de uma atmosfera bucólica, na qual as bandeiras aparecem como atores sociais na edificação das bases para uma experiência pioneira, efetivamente democrática e multirracial sobre regiões “desconhecidas” do Brasil. Ricardo (1970) aborda a ação das bandeiras dentro de um único paradigma que ele denominou de “Marcha Para o Oeste<sup>19</sup>”, como projeto original de nação, sem interferência externa. Nessa formulação pitoresca, o bandeirante é imbuído da responsabilidade de liderar e guiar o povo rumo ao que seriam as bases para uma democracia.

Conforme Neto (2002), a imagem heroica do bandeirante esteve arraigada, como paradigma, no imaginário do Brasil ao longo de quase toda sua história. Assim, é provável que essa imagem tenha sido revisitada para uso político, distendida da “Marcha Para o Oeste” de Vargas ao “Plano de Metas” de JK. Não obstante, os aspectos negativos de seu perfil, tais como a violência contra os indígenas ou a negligência em relação aos recursos naturais, podem facilmente ser apagados da memória coletiva em virtude da personificação dos ideais de progresso, como valores e qualidades coletivas de um grupo restrito (SCHMIDT, 2012).

Kubistchek (2000), influenciado pela obra do escritor Clodomir Viana Moog (1906-1988) “Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas”, de 1954, havia sido o primeiro a atribuir a alcunha ao engenheiro. Em sua opinião, a inquietude teria sido a “característica bandeirante” mais evidente em Sayão. Em contrapartida, Passos (2013), em nenhum instante recorre à alcunha para se referir a Sayão. Considerando que o seu relato se deu a partir de sua visita a Sayão em 1948, e com base na afirmação de Kubistchek (2000) de que a nova capital seria o fator a desencadear novo ciclo bandeirante, presume-se que o termo estaria associado à Belém-Brasília propriamente dita. Por outro lado, cogita-se que a CANG teria provocado uma insatisfação nos fazendeiros da região, ratificada pelos inúmeros envios de comissões de inquérito a Ceres/GO, a fim de importunar Sayão (PASSOS, 2013). Em contrapartida, esse ambiente não se verifica na segunda etapa de sua trajetória, inaugurada a partir de seu caloroso retorno a Goiás, como candidato favorito a vice-governador nas eleições de 1954, e consagrada pela sua atuação frente ao projeto da Belém-Brasília.

---

<sup>19</sup> A expressão, utilizada pelo autor, refere-se, de forma integral, ao período de ação dos bandeirantes pelo interior do Brasil e não apenas ao programa político implantado por Getúlio Vargas durante o Estado Novo (1937-1945), haja vista que a expressão já se registrava na história dos Estados Unidos. Cf. ROHTER, 2019.

Para narrar o seu desaparecimento, seis versões<sup>20</sup>, diferentes em pequenos detalhes, foram consultadas. Contudo, todas elas situam o evento na manhã do dia 15 de janeiro de 1959, quando, acomodado a uma rede (em pé; dentro um jipe; sentado a uma mesa tosca) e tendo sobre o seu colo um mapa, a orientar os trabalhadores nas tarefas traçadas, o então chefe da Novacap se viu atingido por uma árvore (ou um galho) de aproximadamente 40 metros que tombara sobre a barraca em que se encontrava. O incidente, ocorrido de modo repentino, sem qualquer chance de escape, lhe causou fraturas expostas em várias partes do corpo. Imobilizado por lençóis, pelos próprios trabalhadores, Sayão foi conduzido, como em “procissão”, por cerca de 40 quilômetros pela mata, do trecho entre Imperatriz/MA e Guamá/MA, sendo resgatado de helicóptero por volta das 16h00 e levado ao hospital municipal de Açailândia/MA, onde falecera às 19h30<sup>21</sup>.

### Considerações Finais

Reconhecido como herói nacional do processo de modernização do Brasil desde 2019, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Bernardo Sayão antecipou esse predicado a partir do instante em que o seu entusiasmo em contribuir com a construção da nação tornou-se o um ideal. Apesar disso, a forma trágica como se deu a sua morte, isto é, em pleno cumprimento de sua missão, revelou-se categórica para o triunfo de sua imagem mítico-heroica, suplantando quaisquer aspectos obscuros ou questionáveis que se levantassem contra sua pessoa.

O processo de abertura de estradas iniciava-se pela derrubada de árvores. Logo, não foi difícil construir a retórica da vingança da natureza, como se “Curupira” tivesse cobrado por suas perdas. De acordo com Arruda (2000), residia, durante esse período, um misticismo em torno do sertão, como lugar ermo, coberto por matas sombrias que ocultavam profundos mistérios, todavia, rico em recursos, esperando a interferência do homem civilizado para despertá-lo do sono em que se achava.

Em contrapartida, a natureza, tida como “obstáculo” ao progresso, em uma época em que a preservação ambiental não ocupava a agenda política do país, comportaria a cena do “bandeirante” tombado pela mata. Conforme o discurso lutuoso do presidente JK, “pode-se dizer que Bernardo

---

<sup>20</sup> Kubistchek (2000); Passos (2013), Callado (1959), a do Jornal de Notícias de Goiânia (edição de janeiro de 1959), a do Correio da Manhã (edição de Janeiro de 1959) e a do trabalhador que testemunhou o fato relatado no documentário “Caminho das Onças”, disponível em: <https://youtu.be/JDhV3YfChNE>

<sup>21</sup> Essa descrição constitui uma síntese feita a partir da leitura de 48 discursos, relatos e matérias jornalísticas referentes ao ano de 1959. O material encontra-se reunido na “Documentação da Presidência da República” organizada pelo embaixador brasileiro na Bélgica Hugo Gouthier de Oliveira Gondim, que havia sido casado com Láis Sayão, portanto, genro de Bernardo Sayão.

Sayão ofertou de sua própria vida ao seu ideal”. Mesmo não tendo sido registrada em fotografia, tal imagem congelar-se-ia no imaginário coletivo, permitindo uma infinidade de versões, como aquela em que o herói derrubara o mais difícil dos obstáculos encontrados ao longo de sua jornada, como um rei morto em batalha. No esforço para abrandar a carga negativa da trama, tal retórica elucida a imagem do corpo abatido ao chão, contrastando-se com a gigantesca árvore que, também abatida, cedia passagem para que as tropas, que o escoltava, desse seguimento à sua marcha humanitária.

## Referências

- ASSIS, Wilson Rocha Fernandes. **Estudos de História de Goiás**. Goiânia: Palavrear Livros, 2018.
- ARRUDA, Gilmar. **Cidades e Sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.
- BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo**. Vol. II. Petrópolis-RJ, Vozes, 2011.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História: ou o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.183-191.
- BURKE, Peter (org.) **A Escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CAINELLI Marlene. A construção dos heróis e a memória nacional entre os não-letrados. **História & Ensino**, Londrina, v. 10, p. 5-19, Out. 2004.
- CALLADO, Antônio. Bernardo Sayão: vida e morte do bandeirante, **Revista Visão**, São Paulo, fev. 1959, p. 20-23.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. **Uma Introdução à História**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Héctor Pérez. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro: Edições Gruel, 1983.
- CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.
- DURÃO, José de Santa Rita. **Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, Global, 2006.

GHIRARDELLO, Nilson. **À Beira da Linha**: formações urbanas da Noroeste Paulista . São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GONÇALVES, José Manoel Ferreira. **História das Ferrovias do Brasil**: Madeira-Mamoré. Vol. 1. Curitiba, Sendas Edições, 2018.

GONDIM, Hugo Gouthier de Oliveira. **Bernardo Sayão**: bandeirante moderno. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Presidência da República, 1959.

GUARACY, Thales. **A Conquista do Brasil**: como um caçador de homens, um padre gago e um exército exterminador transformaram a terra inóspita dos primeiros viajantes no maior país da América Latina. São Paulo: Planeta, 2015.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **A Razão da História**: uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo: Centauro, 2001.

KUBITSCHKEK, Juscelino. **Por Que Construí Brasília**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 2000.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MAXWELL, Kenneth R. **A Devassa da Devassa**: a Inconfidência Mineira, Brasil/Portugal, 1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MICELI, Paulo. **O Mito do Herói Nacional**. São Paulo: Contexto, 1994.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Território e História no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, Memória e Tempo Presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. VAINFAS, Ronaldo. (org). **Novos Domínios da História**: Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 21-36.

NETO, Manuel Pacheco. **Palmilhando o Brasil Colonial**: a motricidade de bandeirantes, índios e jesuítas no século XVII. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.

PASSOS, John dos. **O Brasil em Movimento**. São Paulo: Editora Benvirá, 2013.

PEREIRA, Robson Mendonça. O heroísmo como artefato: interfaces na narrativa autorreferente de Couto de Magalhães, Getúlio Vargas e Cândido Rondon. XXVIII Simpósio Nacional de História. **Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios**, Florianópolis, 2015.



PEREIRA, Robson Mendonça. A Comissão Rondon no noroeste do Brasil e sua atuação médico-militar: trabalhadores, malária e propaganda (1907-1915). In: MAGALHÃES, Sônia Maria de. SILVA; Leicy Francisca da; MACIEL, Roseli Martins Tristão. (org.). **Histórias de Doenças: percepções, conhecimentos e práticas**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 247-266.

REIS, José Carlos. **As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003.

REIS, José Carlos. **Teoria e História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2012.

RICARDO, Cassiano. **Marcha para Oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1970.

RICARDO, Cassiano. **Martim Cererê: o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis**. São Paulo: São Paulo Editora, 1928.

ROHTER, Larry. **Rondon: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SAYÃO, Léa. **Meu Pai, Bernardo Sayão**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. VAINFAS, Ronaldo. (org.). **Novos Domínios da História**: Rio de Janeiro: Campus, 2012, p. 187-205.

SILVA, Mauro Costa da. A Telegrafia Elétrica no Brasil Império: Ciência e Política Na Expansão da Comunicação. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 49-65, jan | jun 2011, p. 49-65,

TAUNAY, Affonso de. **Grandes Vultos da Independência Brasileira: Publicação Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência Nacional**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Ensaio Histórico Sobre as Letras no Brasil**. Rio de Janeiro, Organizações Formigão, 2020.

VILLAS BÔAS, Orlando. VILLAS BÔAS, Cláudio. **A Marcha para o Oeste: a Epopeia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp; RODRIGUES, José Honório. Como se Deve Escrever a História do Brasil. **Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan. 1845.

**Revista Brasília**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 3, jan. 1959.

Documentário “Caminho das Onças”, disponível em: <https://youtu.be/JDhV3YfChNE>